

das profissões, a marinha de guerra é um conjunto delas — conjunto que muda no tempo e no espaço; ora este plural da profissão naval não permitiria construir conceptualmente a unidade da corporação.

Indo noutra direcção e mais fundo, o conceito de trabalho — mesmo que não retenhamos por necessário que ele tenha de incluir na sua compreensão a directa transformação da natureza — parece ser inaplicável ao universo da marinha de guerra pelo próprio facto de os militares da Armada serem elementos de uma instituição correspondente à «ordem» da segurança. Consideremos por um momento que a sociedade tem como segmentação elementar três «ordens» — a simbólica, que dá a identidade; a da segurança, que garante a sobrevivência daquela identidade; a económico-biológica, que a reproduz. Sendo assim, a noção de trabalho, em rigor, só é aplicável à «ordem» económico-biológica; as duas outras exercem formas específicas de autoridade e esse exercício, ainda que na substância seja igual ao da «ordem» económica, tem outra qualificação social — e também teórica.

Estas críticas deixam o essencial intocado. *Homens em Fundo-Azul Marinho* é uma obra preciosa para quem queira compreender a marinha de guerra portuguesa, pois permite compreender a psicologia dos marinheiros militares, à qual, aliás, João Freire presta muita atenção.

E, descontadas as porções metodológicas, é um livro que lemos pelo prazer da leitura. Há algumas excelen-

tes *vignettes*: a caracterização do comandante do navio, por exemplo (p. 114). O interesse da obra aumenta porque o autor tem talento para escolher o *petit fait vrai*. Vejamos um exemplo. O «Estado Novo» instituiu a Brigada Naval, um ramo da Legião Portuguesa; entre outras actividades, fazia assistência aos pobres. Um belo dia, o comandante José Moreira de Campos, um oposicionista militante, ao descer a Avenida da Liberdade, cruzou-se com um desfile da Brigada Naval. Houve então «uma cena de bengalada» entre Campos e os legionários navais; o comandante oposicionista classificou os legionários de «turba de maltrapilhos armados». A «turba de maltrapilhos» era uma organização do Estado Novo e em particular da própria marinha.

LUÍS SALGADO DE MATOS

A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, debate no Centro Cultural de Belém, 18 de Outubro de 2002, publicação do Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, Lisboa, Maio de 2003.

Esta publicação reúne as comunicações de especialistas e interven-

ções do público durante o debate «A Europa, o desafio demográfico e o espaço de liberdade, segurança e justiça», realizado no CCB em Outubro de 2002, por iniciativa do Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, em colaboração com o ICS e o Centro de Estudos Geográficos. O objectivo do encontro é apresentado como procurando oferecer uma visão alargada da problemática da imigração em Portugal, para a qual contou com a participação de políticos, académicos, associações patronais e sindicais, autarquias e ONGs.

As comunicações dividiram-se em quatro sessões temáticas dedicadas a:

- 1) «Os riscos de declínio demográfico e de envelhecimento das populações europeias e a imigração»;
- 2) «A regulação dos fluxos migratórios e o espaço de liberdade, segurança e justiça»;
- 3) «A imigração e as necessidades do mercado de trabalho: indiferenciados e altamente qualificados»;
- 4) «Imigração, relações internacionais e estratégias de desenvolvimento das áreas de origem».

A questão global da imigração é apresentada, na sessão de abertura, pelo porta-voz do gabinete europeu — António Sobrinho — como sendo um elemento importante na reflexão e discussão do «futuro da Europa». Neste primeiro momento é sublinhada pelo representante do comissário

António Vitorino a necessidade de rever as ideias dominantes sobre a imigração na Europa, nomeadamente a prevalência de uma «imigração humanitária» *versus* uma «imigração de trabalho». Joaquim Nunes de Almeida explica os resultados dessa discrepância entre as políticas de imigração e as realidades migratórias, que acabam por pressionar os institutos humanitários e abusar dos sistemas de asilo. Daí a ideia promovida pelo Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu de abertura à imigração legal para o mercado de trabalho europeu. As políticas de integração sugeridas devem adaptar-se às realidades locais, uma vez que são tanto mais eficazes quanto mais *micro*. O Gabinete do Parlamento Europeu propõe, assim, uma política localizada que conte com a participação activa de todos os cidadãos, adaptando às realidades concretas as traves mestras da política de Bruxelas.

Na sessão de abertura teve ainda a palavra o ministro da Administração Interna — António Figueiredo Lopes —, que focou a questão da imigração como factor de desenvolvimento e de benefício tanto da Europa comunitária como dos cidadãos exteriores que imigram para países da Comunidade. O aumento da população imigrante (3,5% da população da CE) compensa o decréscimo demográfico na Europa e absorve os fluxos migratórios pressionados pelas elevadas taxas da natalidade dos países exportadores de mão-de-obra. Face a esta realidade, a política migratória da CE tenta articular a ne-

cessidade de gestão dos fluxos migratórios com uma abordagem global dos aspectos económicos, sociais e humanitários dos mesmos, «sem esquecer a luta contra a imigração ilegal». O resultado desta política em Portugal, segundo o ministro, foi a duplicação do número de estrangeiros em situação legal, mas que ainda não se adaptou ao número real de entradas no país. À data do colóquio (2000), o governo vigente estava a consagrar uma legislação promovendo a imigração legal «em conformidade com as necessidades e possibilidades de acolhimento do país e a efectiva integração dos imigrantes na sociedade portuguesa em igualdade de circunstâncias de direitos e obrigações com os cidadãos portugueses». Para Figueiredo Lopes, tal regulamentação governamental deve coordenar-se com as políticas europeias de imigração no novo contexto de alargamento da Comunidade a quinze novos países membros.

O fim desta primeira sessão dá lugar a um debate com o público onde se destacam as intervenções de membros de associações como a SOS Racismo, Associação Romena e Povos Amigos, Associação Guineense de Solidariedade Social. Em contraponto às comunicações, estas intervenções da assistência (como, aliás, todas ao longo do debate) sublinham a outra realidade das associações sindicais de imigrantes e autarquias que «não estão a ser ouvidas». Também afirmam que o Ministério e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras «trabalham devagar», fazendo arrastar os

processos de legalização. É ainda realçada a não participação dos representantes das comunidades migrantes na mesa do colóquio e a necessidade de estes se tornarem parceiros sociais na reformulação da política de imigração.

O primeiro painel temático sobre riscos de declínio demográfico e de envelhecimento das populações europeias reúne cinco comunicações de especialistas nas áreas da demografia, estatística e acolhimento de refugiados. Nele se analisa em detalhe a tendência demográfica para o envelhecimento da população portuguesa e o contributo da imigração para o crescimento populacional. É também indicada a necessidade de desenvolver políticas familiares e redes de solidariedade, bem como de compreender a complexidade dos fenómenos migratórios nos reequilíbrios territoriais: «Aparecimento de novas áreas de recrutamento, novas motivações de partida, maior diversidade de tempos de permanência nos locais de acolhimento», etc.

A segunda sessão, dedicada ao tema da regulação dos fluxos migratórios, mostra como o crescimento da população extracomunitária residente na UE (mais de 14 milhões de pessoas) tem exigido uma maior regulação dos movimentos e da inserção dos imigrantes. Em Portugal, tal exigência deu origem a regularizações das autorizações de permanência e da igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros (no trabalho, habitação e política). Algumas comunicações apresentam ilustra-

ções dos dramas vividos pelos imigrantes que tentam entrar na Europa ilegalmente. Este lado «vivo» das realidades migratórias permite constatar os contrastes entre as experiências concretas dos imigrantes e as políticas oficiais dos Estados e da União Europeia. Sobre a forma como os europeus vivem e vêem as comunidades imigradas, a comunicação do psicólogo social Jorge Vala sublinha a sustentação generalizada da ideia de diferença entre «eles» e «nós» para os cidadãos da UE pela predominância de representações sociais baseadas numa hierarquia cultural para a qual contribuem os meios de comunicação social. Vala fala de «racismo sem raça», mostrando que «a etnização das minorias, a sua inferiorização cultural, se faz hoje de forma velada, através da simples acentuação das diferenças culturais». A discriminação entre grupos humanos permanece de acordo com novos eixos organizadores das representações sociais. Os imigrantes são vistos como «invasores» que ameaçam uma ordem demográfica estabelecida. Segundo o mesmo autor, a ideia de «vaga» associada às entradas de imigrantes, também representa uma ameaça de contaminação étnica que se confunde com uma ideologia racista tradicional. Na mesma ordem de ideias, a comunicação do sociólogo Fernando Luís Machado indica as situações de continuidade cultural entre grupos distintos via de integração dos imigrantes: «Regular fluxos migratórios no sentido da maior integração dos

migrantes significa, portanto, procurar converter contrastes em continuidades [...] e converter contrastes em continuidades significa, basicamente, combater as formas de desigualdade social, muitas delas territorializadas, que atingem diferentes populações migrantes no plano do emprego, da educação ou da habitação.» As dinâmicas de continuidade só podem ser geradas pela «livre interacção entre autóctones e migrantes» e devem ter em conta os efeitos perversos das políticas multiculturais. Promover politicamente a diversidade cultural pode sublinhar as diferenças, reforçando estereótipos e limitando as esferas de pertença dos indivíduos a fronteiras culturais determinadas.

Na sessão dedicada ao tema da imigração e às necessidades do mercado de trabalho são de destacar as informações sobre a atracção de imigrantes qualificados e a expansão dos espaços (territoriais e de actividades) de imigração. Estas novas realidades, segundo os especialistas, suscitam um outro tipo de políticas de imigração centradas na selecção das entradas de imigrantes com base nas qualificações dos mesmos. Estas são apontadas como medidas de criação de igualdade de oportunidades para os cidadãos estrangeiros qualificados. Quanto aos não qualificados, são sugeridas políticas de emprego e formação técnico-profissional no sentido de elevar as suas qualificações no país de acolhimento e de melhorar a qualidade do trabalho. No debate final desta mesa é de salientar o comentário do embaixador de Cabo

Verde em Portugal, que remete para a origem histórica do seu país a fim de relembrar a necessidade de pensar nas causas dos imigrantes cabo-verdianos como sendo causas portuguesas. O pedido de responsabilidade do embaixador pretende sublinhar a complexidade das implicações da questão da integração dos imigrantes vindos de Cabo Verde. Resta saber se também se pode falar (e como?) de uma responsabilidade de futuro em relação a outras comunidades migrantes não oriundas de países colonizados pelos portugueses.

A quarta mesa sobre relações internacionais e estratégias de desenvolvimento das áreas de origem foca a articulação da questão das migrações com as estratégias de desenvolvimento dos países de origem. Às contribuições de especialistas nas áreas da geografia humana e planeamento regional juntam-se os testemunhos de autarcas sobre experiências concretas de relações entre locais de origem e zonas de residência dos imigrantes. O desenvolvimento de parcerias entre cidades e o incremento de programas de cooperação descentralizada são exemplos dessa articulação. Os municípios e as comunidades transnacionais manifestam serem mais eficazes na promoção do desenvolvimento nas áreas de origem e de acolhimento dos imigrantes do que organismos estatais centralizados. As associações de imigrantes podem desempenhar um papel fundamental nessa área, mas têm, em Portugal, uma actividade ainda limitada.

Por fim, na sessão de encerramento, o secretário de Estado dos Assuntos Europeus teve a palavra, frisando a necessidade de a União Europeia receber «sangue novo» e desenvolver novas políticas comunitárias de imigração. As políticas a fomentar devem orientar-se no sentido de criarem um sentimento de «cidadania europeia», onde todos os cidadãos, sem excepção, se sintam num espaço de liberdade, segurança e justiça.

No conjunto, o debate sugere uma oscilação entre um optimismo dos representantes políticos e o realismo desencantado dos associativistas ou pessoas próximas da realidade dos imigrantes. As contribuições dos diversos especialistas esclarecem a complexidade dos assuntos em causa, ilustrando novas pistas de compreensão e de acção sobre as questões da imigração na Europa e em Portugal.

ELSA LECHNER

Áurea Adão, As Políticas Educativas nos Debates Parlamentares. O Caso do Ensino Secundário Liceal, Porto, Afrontamento, col. «Parlamento», 2002, 664 páginas.

Há mais de duas décadas, quando os historiadores portugueses reintro-